

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: CREAS III – Avenida Rio de Janeiro, 1288 – Centro

Data: 9 de janeiro de 2014

Horário: 8h00

1 Aos nove dias de janeiro de 2014 realizou-se reunião extraordinária do CMDCA na sede do CREAS 3, com
2 segunda convocação às 8h30m. Estiveram presentes **Conselheiros Titulares:** Tércia Lamônica de Azevedo
3 Oliveira, Nanci Skau Kemmer de Moraes, Eloyr Doin Pacheco, Laura Ferreira Lago, Lílian Mara Consolin Poli
4 de Castro, Alessandro Safraide e Patrícia Soares Alves da Silva Campos; **Conselheiros Suplentes:** Urias França;
5 **Ausências Justificadas:** Adriana da Cruz Barrozo, Janeth Elizabeth Thomas, Ludmila Dimitrovicht Medeiros,
6 Adenilton Rosa Oliveira, Lino Augusto Gianecchini, Jaqueline Francis Marcos, Carlos Eduardo Garófaló,
7 Jeanina Scalon Cotelho, Tatiane Simões Maia. **Registraram presença:** Gisele de Cássia Tavares (DGSMAS),
8 Ediane de Paula Machado (COL), Mirko S. Bressaning (CT Sul), Teresa Furlanetto (SME), Nivia Maria Polezer
9 (SMAS) e Luiza Maria de Jesus Alves (NRE). Nanci Skau Kemmer de Moraes relatou que era uma reunião
10 extraordinária e que as reuniões ordinárias do conselho se iniciarão em fevereiro. Nanci Skau Kemmer de
11 Moraes relembrou que as reuniões deste ano serão no auditório da OAB, como decidido em plenária no ano
12 passado. Falou da pauta única que é a discussão do “**Plano de Ação de Direitos da Criança e Adolescente**” e
13 passou a palavra para Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira, que explicou que a vigência do Plano terminou em
14 2013 e que o município precisa ter um plano em vigência. Disse que na penúltima reunião comentou da
15 necessidade de uma comissão para fazer essa discussão, também disse que muitas coisas precisam ser pensadas
16 para a construção do plano e a proposta era que analise-se o plano atual e prorogue o plano em vigência até que
17 se elabore outro plano e que essa elaboração deve ser feita em conjunto com a elaboração do programa Prefeito
18 Amigo da Criança, para que se façam planos consonantes, juntando as tarefas e a força de trabalho. Nanci Skau
19 Kemmer de Moraes disse que o Programa Prefeito Amigo da Criança era do governo federal e que estabeleceu
20 algumas diretrizes que o município deve atender, para que o município seja premiado. Lílian Mara Consolin Poli
21 de Castro disse que em próxima reunião alguém poderia explicar o que é e como funciona o Programa Prefeito
22 Amigo da Criança. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira disse que durante este Programa são feitos análises dos
23 resultados e alguns índices já tiveram mudanças significativas. Nanci Skau Kemmer de Moraes falou da
24 importância do diagnóstico técnico das ações do Programa Prefeito Amigo da Criança. Lílian Mara Consolin Poli
25 de Castro falou que era importante a apresentação para que cada instituição possa também se adequar as
26 diretrizes e pensar o que pode fazer para diminuir a mortalidade infantil, por exemplo. Tércia Lamônica de
27 Azevedo Oliveira disse que a ideia era juntar os dois trabalhos de uma vez, do “Plano de Ação de Direitos da
28 Criança e Adolescente” e do Programa Prefeito Amigo da Criança e pensar por quanto tempo deverá ser
29 prorrogada o Plano em vigência. Gisele de Cássia Tavares explicou que o Plano em vigência é plurianual e que
30 este conselho deverá construir outro plano plurianual em consonância com os PPAs, e que a exigência do
31 Tribunal de Contas era que cumpra-se este Plano. Todas as Secretarias receberam pedido para enviarem as
32 informações dos últimos quadrimestre até o dia 10 de janeiro para poderem tabular as informações. Lílian Mara
33 Consolin Poli de Castro disse que seria importante que os conselheiros recebessem essas informações para que
34 pudessem cobrar as secretarias. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira disse que era importante pois, a Secretaria
35 de Assistência que faz a apresentação da câmara, mas que estavam tentando articular com a Assessoria da
36 Criança e Adolescente, para que esta realize a apresentação, pois era uma articulação de todas as áreas, mas que
37 além disso, era importante que os conselheiros estejam presentes, para ajudarem caso houvesse alguma dúvida.
38 Nanci Skau Kemmer de Moraes disse que para isso era importante que os conselheiros fossem comunicados da
39 data da apresentação, pois da ultima vez não foram avisados. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira ressaltou a
40 importância de pensar no formato do Plano neste conselho e da inclusão de todas as áreas estejam presentes, para
41 ajudar nas discussões. Lílian Mara Consolin Poli de Castro sugeriu que chamassem os secretários. Gisele de
42 Cássia Tavares disse que todos eram convocados e que todas as áreas apresentam os resultados
43 quadrimestralmente. Gisele relatou também que a sugestão era para que se prorogue o “Plano de Ação de
44 Direitos da Criança e Adolescente” até que seja construído o próximo Plano. Relatou também que todas as áreas

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

45 apresentaram o último quadrimestre e que isso pode subsidiar as ideias e demandas para construção do próximo
46 Plano e ressalta que as ações deste plano tem que ter relação com as ações do PPA. Deve-se também assinalar
47 quais ações do PPA estarão relacionadas as ações do “Plano de Ação de Direitos da Criança e Adolescente”.
48 Gisele de Cássia Tavares afirmou que não haveria sentido construir dois planos, por isso a relação do Programa
49 Prefeito Amigo da Criança com o “Plano de Ação de Direitos da Criança e Adolescente” e que há um material
50 elaborado de análise do PPA que pode ser usado para elaboração do Plano e sugere que seja prorrogada até abril
51 de 2014. Gisele de Cássia Tavares disse que esse plano não tinha vinculação com o PPA, o que precisará ser
52 feito. Gisele de Cássia Tavares apresentou o plano e os objetivos de cada área e suas divisões. No relatório
53 apareceu a meta em questão quantitativa, o que foi mensurado no relatório. Lílian Mara Consolin Poli de Castro
54 perguntou porque alguns têm o percentual de metas e outros não e questionou como vai analisar os resultados
55 sem indicadores mensuráveis, com que parâmetros vamos analisar. Gisele de Cássia Tavares disse que as áreas
56 fazem análise em relação ao período anterior, como comparando quantas metas foram aumentadas. Lílian Mara
57 Consolin Poli de Castro disse que devemos pensar se mantemos esse modelo de plano ou se pensamos em um
58 modelo que facilite na hora de mensurar os resultados das ações. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira
59 concordou e disse que deve-se pensar quantas crianças estariam sendo atendidas e quantas precisariam ser
60 atendidas ainda. Lílian Mara Consolin Poli de Castro disse que cada conselheiro deveria tentar expor os dados de
61 sua secretaria. Urias França questionou se o plano estava em consonância com o COMADE, pois existem 3
62 vagas para adolescente no Morada de Deus e perguntou se esses dados constam no plano. Gisele de Cássia
63 Tavares disse que os dados que estavam no plano foram passados pelo COMADE. Urias França disse que teve
64 um convênio com a SE CJ antigamente e que montaram uma casa para atender adolescentes e ninguém foi
65 encaminhado. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira perguntou se as 3 vagas de hoje estavam ocupadas e Urias
66 França respondeu que sim, e que o município tem 8 vagas que estavam ocupadas, mas não eram exclusivas de
67 Londrina. Eloyr Doin Pacheco deu um exemplo da Cultura que eram oficinas formativas que aconteciam nas
68 escolas municipais, mas que nem sempre soube-se o percentual de crianças e adolescentes atendidos e disse que a
69 secretaria não tinha esses dados desde 2011, quando parou-se de fazer determinado relatório e disse que
70 precisaríamos de números para avaliar e pensar em metas para as ações, quantos eram atendidos e quantos
71 poderíamos atender no futuro. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira disse que teríamos que partir de algum
72 ponto e que devíamos pensar qual metodologia usaríamos, pois esse plano foi feito em cima da resolução 13 e
73 que daí surgiram esse objetivos e que deve-se avaliar o que é atual e o que está ultrapassado. Nanci Skau
74 Kemmer de Moraes disse que devíamos pensar qual os objetivos para o próximo plano, mas que o objetivo desta
75 reunião era rever o plano para pensar se prorrogamos o plano ou não. Lílian Mara Consolin Poli de Castro
76 perguntou se foi feita avaliação desse plano e Gisele de Cássia Tavares disse que era feita avaliação a cada
77 quadrimestre. Lílian Mara Consolin Poli de Castro disse que seria importante termos esses dados. Nanci Skau
78 Kemmer de Moraes concordou e disse que era muito importante que a cada quadrimestre seja encaminhado os
79 resultados para o Conselho. Gisele de Cássia Tavares disse que o Conselho devia conversar com a controladoria,
80 para só ser apresentado na Câmara depois de passar por apresentação neste conselho. Tércia Lamônica de
81 Azevedo Oliveira colocou que fizeram conferência em todos os distritos e por isso apareceu a zona rural no
82 plano. Gisele de Cássia Tavares deu continuidade a leitura do plano. Urias França comentou que, por exemplo, o
83 Morada de Deus tinha parceria com o SENAI, mas que os menores eram proibidos de participar, e Gisele de
84 Cássia Tavares argumentou que isso mudou já, pois o PRONATEC atende a partir de 16 anos. Urias França
85 afirmou que nem todos os cursos permitem, mesmo sem serem cursos insalubres. Gisele de Cássia Tavares disse
86 que devíamos focar então no PRONATEC, pois os cursos eram definidos de acordo com a realidade do
87 município. E que estes cursos estavam vinculados a Secretaria de Educação e que talvez devíamos pensar em
88 vinculá-lo a Secretaria do Trabalho, mas que para a prorrogação do plano que eram apenas de 4 meses devíamos
89 manter assim e pensar na mudança para o próximo plano. Nanci Skau Kemmer de Moraes falou que a oferta de
90 cursos profissionalizantes para adolescentes com deficiência deveria estar vinculada à Secretaria de Trabalho e
91 Gisele de Cássia Tavares disse que o PRONATEC estava sendo discutido com a Secretaria de Trabalho que
92 estava trabalhando com ênfase nessa área, mas com dificuldades. As metas alcançadas e superadas já estavam

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

93 sendo retiradas do plano, como objetivo 2 do quadro 01 de Políticas Públicas de Assistência Social. 2) Concluir o
94 processo de transição da qualificação profissional vinculados a política de assistência social, para a política de
95 trabalho e emprego. As metas que ainda estavam em andamento e que ainda precisavam ser aprimoradas estavam
96 permanecendo no plano. Também foi retirada a meta 6c do mesmo quadro, pois já foi superada: 6c) viabilização
97 do transição da rede de serviços que não compõe área da assistência social para as respectivas áreas afins.
98 Retirada também a primeira frase da meta 7 do mesmo quadro que dizia, implantação do benefício eventual de
99 auxílio natalidade conforme decreto. Lílian Mara Consolin Poli de Castro sugeriu que no próximo plano o auxílio
100 natalidade esteja vinculado aos serviços da saúde como pré-natal. O plano de Políticas de Saúde foi mantido sem
101 alterações, o de Políticas Públicas de educação também foi mantido sem alterações com sugestões de alterações
102 para o próximo plano. Já o plano de Políticas Públicas de Assistência Social teve algumas metas retiradas, pois já
103 foram atingidas, como citado anteriormente. O Plano de Políticas Públicas de esporte, Lazer e Cultura foi
104 mantido com algumas ressalvas feitas por Eloyr Doin Pacheco que colocou que alguns pontos do plano de
105 cultura já foram atingidos, como o edital do PROMIC que contemplou a zona rural. Nanci Skau Kemmer de
106 Moraes sugeriu que para o próximo plano sejam contemplados esses pontos, mas que ainda são pontos que estão
107 sendo trabalhados, não foram atingidos totalmente, por isso devem permanecer. Eloyr Doin Pacheco disse que
108 algumas discussões já estavam sendo feitas, como a de Vilas Culturais serem instaladas pela secretaria e ai
109 abrirem edital de ocupação dos espaços, entre outras discussões importantes e que devem ser pensadas para o
110 próximo plano. No plano do Sistema de Garantias de Direito e Controle Social foi retirado o objetivo 1 do
111 quadro 1: 1) gestionar desmembramento da vara da infância e juventude através da implementação do Poder
112 Judiciário (Juiz, SAI, Cartório), pois já foi atingido. E no objetivo 2 o texto foi mudado para: 2) implementar a
113 defensoria pública. No objetivo 3 foi incluído o órgão IML. Tércia sugeriu que fosse discutido os critérios de
114 inserção, e agilidade do programa que prestou atendimento aos adolescentes e crianças ameaçados de morte e
115 sugeriu a mudança do texto no objetivo 5 para 5) gestionar a agilidade no atendimento do programa de proteção a
116 ameaçados de morte e mudou a meta 5) implementação do programa específico no Estado do Paraná que atenda
117 de forma protetiva adolescentes ameaçados de morte. Mirko Bressanine relatou que o PPCAM não estava
118 funcionando e que devia ser contemplado o estado do Paraná, para que as outras cidades possam receber os
119 adolescentes. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira disse que isso foi discutido com os representantes do
120 PPCAM, mas que devíamos indicar para o CEDCA, pois o recurso é o FIA Estadual, dizendo que a metodologia
121 não está funcionando, pois não atendeu as nossas demandas. Que devíamos chamar a representante do CEDCA
122 de Londrina, Alexandra para que esse assunto fosse pautado na reunião do CEDCA. Nanci Skau Kemmer de
123 Moraes sugeriu então solicitar no CEDCA essa discussão, pois o programa não atendia nossas necessidades e a
124 equipe acenava negativamente para algumas sugestões que foram feitas por esse Conselho no ano passado.
125 Gisele de Cássia Tavares disse que como estava faltando o quadro 2 do Conselho Tutelar. Nivia Maria Polezer
126 disse da mudança que foi pensada pelo Comissão de Acolhimento da possibilidade de receber ameaçados de
127 morte, que estava proposto em portaria, que foi feita sugestão de mudança no texto para que não fossem aceitos
128 ameaçados de morte nos Acolhimentos e que devíamos pautar esse assunto, pois colocava em risco todos os
129 outros acolhidos. Nanci Skau Kemmer de Moraes colocou que era um ponto específico de discussão. Tércia
130 Lamônica de Azevedo Oliveira disse que achava pouco prorrogar por apenas 4 meses, para que fosse
131 restabelecido o plano. Gisele sugeriu que então votasse-se a prorrogação sem data, Tércia Lamônica de Azevedo
132 Oliveira disse que devíamos pensar se faríamos uma comissão para essa discussão. Gisele de Cássia Tavares
133 sugeriu que fosse a mesma comissão do Prefeito Amigo da Criança. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira disse
134 que concordava com a sugestão da Gisele de Cássia Tavares de prorrogar até que fique pronto o outro plano.
135 Eloyr Doin Pacheco sugeriu que tenha um data máxima de até dezembro de 2014, para que tivéssemos uma meta
136 para a construção do próximo plano. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira colocou que não devemos colocar
137 vigência máxima até dezembro de 2014, pois o termo máxima poderia inviabilizar outras deliberações deste
138 Conselho. Nanci Skau Kemmer de Moraes colocou em votação e todos os votos foram favoráveis. Lílian Mara
139 Consolin Poli de Castro questionou como eram estabelecidas as reuniões extra-ordinárias, pois era difícil estar
140 presente em todas, se podíamos manter apenas as reuniões ordinárias. Nanci Skau Kemmer de Moraes colocou



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

141 que só em casos de urgência eram chamadas reuniões extra-ordinárias. Eloyr Doin Pacheco sugeriu que fosse
142 muda a questão da primeira e segunda convocação, pois meia hora de espera era muito tempo. Nanci Skau
143 Kemmer de Moraes colocou que a comissão de legislação devia analisar essa proposta. Nada mais havendo a ser
144 tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e para constar eu, Laura Ferreira Lago, vice-presidente, lavrei a
145 presente ata.